

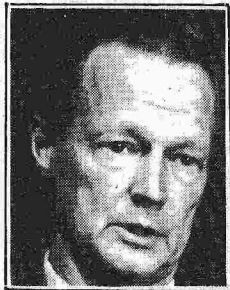
Empresários apóiam. E esperam mais medidas.

— Essas medidas são apenas o início, pois virão outras mostrando a austeridade do novo governo.

A opinião é do presidente da Embraer, Ozires Silva, ao comentar ontem as primeiras medidas anunciadas pelo novo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Outros empresários consideraram as medidas uma demonstração de coerência do governo Tancredo Neves e de que haverá responsabilidade no trato com o dinheiro do contribuinte. Além disso, os empresários acham que foi uma demonstração, “se não de humildade, pelo menos de reconhecimento de que é preciso tempo para conhecer a casa por dentro, antes de adotar medidas realmente práticas” — disse o vice-presidente da Fiesp, Paulo Francini.

Para Ozires Silva, no entanto, é preciso definir ainda com clareza o que se entende por estatal. Segundo ressaltou, ele não reconhece, por exemplo, o rombo da Previdência dentro desse conceito. Lembrou o caso da Embraer — controlada pelo governo federal — como uma empresa que vive de sua receita própria, não tem rombo, dívidas “e não está inadimplente”.



O empresário Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, da diretoria da Fiesp, tem apenas uma dúvida: se neste período de 90 dias haverá paralisação nos contratos de financiamento — ou desconto de duplicatas, por exemplo — já firmados com os bancos oficiais, “pois isso causaria uma corrida aos bancos comerciais, puxando demais as taxas de juros para cima”. Além do que, observou Uchoa Fagundes, as empresas menores ficariam em dificuldades. No mais, não hesitou em dar também seu apoio às novas medidas anunciadas ontem por Dornelles.

Juros mais baixos?

O presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Roberto Konder Bornhausen (foto), disse, ontem, no Rio, que as taxas de juros poderão sofrer algum declínio no mercado financeiro, como resultado da decisão do governo Tancredo Neves de congelar por três meses os gastos das empresas e órgãos públicos.

Esclareceu que, ao gastar menos, o governo terá maior disponibilidade de recursos que poderá utilizar para a recompra de títulos do Tesouro Nacional do mercado aberto, possibilitando, dessa forma, maior liquidez ao sistema financeiro, que terá condições de oferecer dinheiro a juros mais baixos, já que haverá maior equilíbrio entre a procura e a oferta.

Por sua vez, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha

Azevedo, considerou “de extrema importância” as medidas anunciadas pelo vice-presidente em exercício, José Sarney, que integram a linha básica do programa de austeridade econômica do governo Tancredo Neves. Na sua opinião, a decisão de se gastar menos será benéfica para o mercado de capitais, pois novos recursos poderão ser canalizados para o setor de grande utilidade no programa de capitalização da empresa privada nacional.

Quanto à criação de oito comissões para apurar irregularidades, controlar gastos e desenvolver políticas na área econômica, disse que, “se não for assim, não será possível conter os gastos públicos e conseqüentemente estabilizar a inflação”.

O ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Roberto Teixeira da Costa, também concordou com Rocha Azevedo. A seu ver, as medidas baixadas fazem parte de um conjunto inicial “para causar impacto sobre a sociedade, como uma espécie de satisfação de que alguma coisa está sendo feita para mudar a situação atual da economia brasileira”.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Ênio Rodrigues, se enquadrou na mesma linha de raciocínio, ressaltando, porém, no tocante às comissões, que o problema dependerá muito da eficiência do seu processo, porque no Brasil existe a tradição de que, quando se cria uma comissão, é para não se chegar a resultado nenhum.